

## **AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL URBANO DE NOVO TIPO**

**NEVES, Lúcia Maria Wanderley** – UFF

**GT:** Estado e Política Educacional/ nº 05

**Agência Financiadora:** não contou com financiamento

As reformas educacionais em curso no Brasil a partir dos anos de 1990 do século XX têm como importante determinação a formação de certo intelectual urbano de novo tipo.

Os anos de 1990 do século XX e os anos iniciais deste século no Brasil vêm sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista.

Este projeto se propõe a realizar, em linhas gerais, a inserção submissa do Brasil ao capitalismo internacional, a implementação de um padrão de desenvolvimento econômico voltado para fora, privilegiando a entrada do capital internacional financeiro e produtivo, em detrimento da expansão do mercado interno, o desenvolvimento de políticas que regulamentam o aumento da superexploração da força de trabalho, a transferência da ciência e da tecnologia produzidas pelos países de capitalismo avançado, o desenvolvimento de um modelo de democracia baseada em estratégias de estímulo à conciliação de classes e ao desmonte das formas de organização social que se pautaram historicamente pelo combate à exploração e à dominação burguesas.

A primeira etapa de implementação deste projeto de sociabilidade<sup>1</sup> correspondeu à primeira metade dos anos de 1990 e se encerrou com a implementação do Plano Real. Esta é a fase mais nitidamente de **ajuste econômico**. O novo padrão de desenvolvimento ainda se instalava de forma incipiente, embora já se efetivasse a abertura do mercado, o fim da reserva de mercado da informática e a privatização de empresas estatais. As mudanças superestruturais tanto na aparelhagem estatal como na sociedade civil ainda se faziam assistematicamente. Nesta conjuntura, as mudanças educacionais também não se efetivaram de forma orgânica. Na educação escolar, foi um momento de difusão da ideologia da qualidade total, da transformação dos diretores em gestores, do começo da indigência da educação superior pública e do aparato de ciência e tecnologia implementado nos anos de desenvolvimentismo, da transformação do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED de órgão contestador das políticas oficiais, nos anos finais da ditadura militar e dos anos de abertura política, em instrumento difusor das políticas neoliberais para a educação básica. Foram os primeiros passos na direção de uma maior submissão da escola aos ideais, idéias e práticas empresariais.

A segunda etapa correspondeu aos dois governos Fernando Henrique Cardoso. Esses governos se responsabilizaram, prioritariamente, por reestruturar o Estado nas suas funções **econômicas e político-ideológicas**. De produtor direto de bens e serviços, o Estado passa a coordenador de iniciativas privadas, tanto na área econômica como na área social. A privatização se impõe como a principal política estatal. Na área social, a privatização é complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização<sup>2</sup>. Através de novos e antigos parceiros refuncionalizados, o Estado brasileiro

---

<sup>1</sup> As idéias neoliberais vêm se materializando em práticas econômicas e político-sociais, que fundamentam o projeto de sociabilidade burguesa para o Brasil na atualidade. Nesta perspectiva, observa Melo (2004, p.4-5): “o ‘pensamento neoliberal’ não se restringe a uma mudança ou mudanças do discurso político liberal, nem aos diversos aspectos da formação de consenso veiculados pela mídia ou pelo discurso governamental, ou mesmo pelo discurso dos diversos sujeitos políticos coletivos que fazem sua apologia. Dizer que é um ideário, ou uma ‘doutrina’, não está incorreto, mas pode fazer pensar que o neoliberalismo é uma falácia, uma fraude, um discurso enganoso, provocador de uma falsa consciência; ou, por outro lado, ser um mero discurso de professores de economia sem compromisso científico, produtores de panfletos sem importância ou embasamento teórico. Esta é realmente a primeira impressão que alguns textos principais de divulgação nos trazem, a nós que não concordamos com suas premissas conservadoras fundamentais, com seu discurso assumido de classe dominante e exploradora, que tenta manter esta hegemonia. Pensar desta forma é subestimar, ou mesmo desconsiderar a força ideológica que imprime ao neoliberalismo uma materialidade, e desconsiderar também a historicidade de sua consolidação.”

<sup>2</sup> Sobre as características da política social neoliberal ver Boito Jr. (1999), especialmente a parte I, denominada *A política neoliberal no Brasil*.

passa a desenvolver uma certa **radicalização da democracia**<sup>3</sup> com vistas a desenvolver uma nova cidadania, fundada na “responsabilidade social”, ou seja, na aceitação das desigualdades sociais como naturais, da desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção do trabalho e no associativismo prestador de serviços sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de direitos sociais da década anterior. A sociedade civil passa a ser concebida como espaço de ajuda mútua, onde diferentes parceiros contribuem para o bem-estar social.

Na consecução da reforma do Estado, foi feito o arcabouço jurídico funcional ao período desenvolvimentista do nosso capitalismo, incluindo-se entre essas medidas a reforma da aparelhagem estatal e também as reformas na educação escolar.

A partir da reforma da aparelhagem estatal, as políticas públicas passam sistematicamente a apresentar uma nova dinâmica. As políticas governamentais passam a ser definidas por um núcleo estratégico situado no Executivo central, executadas por parceiros na “nova” sociedade civil<sup>4</sup> e posteriormente avaliada por esse núcleo central, dinâmica da chamada administração gerencial. As políticas sociais em geral, começam a se constituir em serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, que podem ser exercidos simultaneamente pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas chamadas organizações públicas não-estatais.<sup>5</sup> Passam a se constituir em serviços exclusivos do Estado somente o subsídio à educação básica, a previdência social básica, a compra de serviços de saúde e o controle do meio ambiente.

Em decorrência desta reforma, o Estado se responsabiliza diretamente a partir de então, pela formação técnica e ético-política das massas trabalhadoras (educação básica) e divide com a iniciativa privada a formação técnica e ético-política do trabalho qualificado (educação superior).

---

<sup>3</sup> No programa do seu primeiro governo, Fernando Henrique Cardoso já se propunha a fazer da **parceria Estado-sociedade** uma das suas características marcantes, no aprofundamento e consolidação do processo de democratização através da *criação de novos canais de participação e de controle público*, da *multiplicação de espaços de negociação de conflitos*, da definição e apoio de formas novas de *parceria* entre as esferas administrativas e entre Estado e sociedade, de modo a permitir que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumissem a co-responsabilidade por ações de interesse público. (Cardoso, 1994, p. 208-209) Na proposta do seu segundo governo, com o propósito de efetuar a radicalização da democracia, elege como quarto objetivo consolidar e aprofundar a democracia com ações diretamente voltadas para o desenvolvimento da **participação e da responsabilidade social**. (Cardoso, 1998, p. 307-309)

<sup>4</sup> A sociedade civil, no ideário conservador, configura-se em um espaço social de ajuda mútua. Esta percepção orienta as práticas dos diversos organismos sociais para a prestação de serviços assistenciais aos “excluídos” da sociedade. Nessa perspectiva, os mais diferentes parceiros conciliados por uma ética solidarista implementam as políticas públicas definidas em âmbito governamental.

<sup>5</sup> Organizações privadas formalmente sem fins lucrativos que executam as políticas públicas com subsídio público. Sobre este assunto ver Silva Jr. (1999), especialmente o capítulo II.

Tomando por base estas novas diretrizes estatais, realizam-se importantes inflexões na política educacional brasileira. São desse período, entre outras, as seguintes iniciativas: a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a reforma da educação tecnológica e do aparato de formação profissional, a implementação do FUNDEF, enquanto mecanismo de desconcentração da educação fundamental, a privatização, a fragmentação e o empresariamento da educação superior, assim como as alterações na formação de professores para os diferentes níveis e modalidades de ensino e a definição de novos parâmetros e diretrizes curriculares nacionais e seus instrumentos de avaliação.

A terceira etapa deste projeto de sociedade vem sendo implementada pelo governo Lula. Ela se constitui, no plano econômico, majoritariamente, na implementação de reformas que visam a desregulamentação das relações de trabalho que não foram implementadas pelos governos dirigidos diretamente pela burguesia, devido à oposição dos trabalhadores (reforma da previdência, trabalhista e sindical) e, no plano político, no aprofundamento do modelo de radicalização democrática iniciado nos dois governos FHC, com maior ênfase no seu segundo governo. O governo Lula se propõe a consolidar a formação do **novo homem coletivo**<sup>6</sup> indispensável à consolidação desse projeto societário. O Estado intensifica, com todos os instrumentos legais e ideológicos a seu dispor, o papel de educador<sup>7</sup>, ou seja, de instrumento de conformação cognitiva e comportamental do brasileiro ao projeto de sociabilidade burguesa implementado nos governos anteriores. O governo Lula se propõe, portanto, a realizar um **pacto nacional**, em outros termos, a submissão **consentida** do conjunto da sociedade às idéias, ideais e

---

<sup>6</sup> Para Gramsci somos ao mesmo tempo seres singulares e homens coletivos, conformes ao nosso tempo e lugar. “Somos conformistas de algum conformismo” (Gramsci, 1999, v. 1, p.94). Nas sociedades urbano-industriais contemporâneas um novo conformismo social foi se instaurando paulatinamente, tendo como elementos constitutivos: a) “a standardização do modo de pensar e de atuar em dimensões nacionais ou até mesmo continentais” (Gramsci, 2000, v. 3, p. 259-261); b) sua formação “essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção” que permite novas possibilidades de autodisciplina (Gramsci, 2000, v. 3, p. 259-261); c) a organização da vida individual e coletiva fundamentada no máximo rendimento do aparelho produtivo, tendo o mundo da produção e o trabalho como referências; d) o máximo utilitarismo como referência da organização das instituições morais e intelectuais.

<sup>7</sup> O Estado vem assumindo historicamente a tarefa educativa e formativa de “criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade” (Gramsci, 2000, v.3, p.23). Sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. Nas últimas décadas, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e do poder (paradigma da acumulação flexível) e nas formas de estruturação do poder (estado neoliberal), o Estado capitalista em nível mundial e também no Brasil vem redefinindo suas diretrizes e práticas com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista .

práticas da classe que detém a hegemonia política e cultural no Brasil de hoje. Neste projeto de adaptação ou reeducação técnica e ético-política da população brasileira ao projeto de sociabilidade cujo horizonte se restringe à “humanização” do capitalismo, de acordo com os preceitos políticos da chamada Terceira Via (ou Nova Esquerda, nova Social-Democracia)<sup>8</sup>, neste projeto de neoliberalismo requentado e requintado (Lima, 2003) a educação escolar tem papel de relevo.

As reformas da educação escolar implementadas pelos governos FHC, bem como as políticas educacionais que começam a ser apresentadas à sociedade pelo governo Lula (certificação e formação continuada de professores da educação básica e reforma universitária), fazem parte de uma estratégia estatal mais abrangente de formação de um novo homem coletivo no espaço nacional. De um modo mais específico, as reformas educacionais que começam a ser implementadas a partir dos anos de 1990 têm por finalidade formar **um certo intelectual urbano de novo tipo**, já que a escola no mundo contemporâneo, segundo Antonio Gramsci, tem como função social primordial formar intelectuais de diferentes níveis.

O pensador marxista italiano Antonio Gramsci deixou-nos uma reflexão original a respeito do papel do intelectual e da escola nas sociedades contemporâneas. Suas reflexões a esse respeito começaram a ser utilizadas por educadores brasileiros nos anos de 1980 mas, à medida que a hegemonia do pensamento e das práticas neoliberais foi se consolidando também no âmbito das universidades nos anos de 1990, tais contribuições foram sendo paulatinamente deixadas de lado.

No momento em que as reformas educacionais elaboradas pelos governos FHC já se encontram em plena execução, permitindo aos pesquisadores na área de política educacional uma visão mais orgânica de sua natureza, e no momento em que o atual governo eleito com expressiva votação para realizar mudanças começa a definir suas políticas educacionais, a retomada dessas análises gramscianas podem contribuir para a compreensão da natureza e da direção tomadas pela educação escolar brasileira nos anos iniciais deste novo século.

Para Gramsci todos os homens são filósofos, são intelectuais. Todos os homens tem uma concepção de mundo, integram organismos sociais, trabalham, realizam uma atividade criadora qualquer, deliberam sobre os rumos de sua vida. Todos os homens são intelectuais em sentido amplo.

---

<sup>8</sup> Giddens (2001) disse na conclusão do livro *A terceira via e seus críticos* que “não importa que a expressão ‘terceira via’ seja usada ou não em referência às idéias discutidas neste livro (p.165). O que está em questão é fazer com que os valores de centro-esquerda sejam considerados em um mundo submetido a profundas mudanças”. Desta forma, não importa o nome que se venha dando às idéias políticas denominadas ora como nova esquerda, ora como nova social democracia ou mesmo terceira via. O que de fato importa é que com diferentes nomes eles acompanham a proposta política sistematizada por Giddens para estabilização da hegemonia burguesa mundial nos anos iniciais do século XXI.

Se todos os homens são intelectuais, nem todos os homens exercem na sociedade função de intelectuais, ou seja, nem todos os homens são intelectuais em sentido estrito.

É intrínseca a toda atividade intelectual nas sociedades urbano-industriais<sup>9</sup>, uma certa capacidade técnica e dirigente, organizadora<sup>10</sup>. É nessa ênfase atribuída à dimensão ético-política da atividade intelectual que reside a originalidade da sua contribuição a esse conceito. A partir desta importante característica da atividade intelectual, Gramsci pode rejeitar as teses que afirmam a autonomia do intelectual em face das relações de poder nas sociedades contemporâneas.<sup>11</sup>

Com o desenvolvimento das sociedades urbano-industriais, o Estado capitalista, enquanto educador, assume a tarefa de elaborar este novo tipo de intelectual, no sentido amplo e no sentido estrito, na dupla e concomitante dimensão técnica e ético-política. A escola é o instrumento para elaboração desses intelectuais de novo tipo em diversos níveis. Ela busca dar, em graus diferenciados, maior organicidade às idéias, ideais e práticas individuais e coletivas contemporâneas ao tempo e espaço vividos pelo homem na cultura urbano-industrial.

Sendo o Estado capitalista um estado de classe, tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, segundo a concepção de mundo da classe dominante e dirigente<sup>12</sup>, embora, contraditoriamente, a escola, dependendo do grau de difusão da pedagogia da contra-hegemonia na sociedade civil, esteja permeável à influência de outros projetos político-pedagógicos.

Durante todo o século XX, mais especificamente durante todo o período fordista do desenvolvimento capitalista, sob a hegemonia burguesa<sup>13</sup>, a escola nas sociedades

---

<sup>9</sup> “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor externo e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato...” (Gramsci, 2000, v. 2, p. 53)

<sup>10</sup> O realce dado por Gramsci à questão escolar e a formação de intelectuais está relacionado à elaboração de uma teoria revolucionária para as sociedades capitalistas contemporâneas fundamentada, predominantemente, na reforma intelectual e moral das massas trabalhadoras. Os intelectuais são peça chave na elaboração e na execução da pedagogia da contra-hegemonia. O intelectual revolucionário contemporâneo necessita de um certo grau de organicidade na compreensão das idéias, ideais e práticas da organização social que pretende transformar e dos fundamentos da nova sociedade que pretende coletivamente instaurar.

<sup>11</sup> “Por intelectuais deve-se entender não só aquelas camadas comumente compreendidas nesta denominação, mas, em geral, todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo: correspondem aos suboficiais e oficiais subalternos do exército e também, em parte, aos oficiais superiores de origem subalterna.” (Gramsci, 2002, v. 5, p. 93)

<sup>12</sup> Para Gramsci, no mundo contemporâneo, com a socialização do trabalho (generalização das relações de assalariamento) e da socialização da participação política (com crescente organização das massas urbanas) a supremacia do capital sobre o trabalho passa a se exercer de forma mais equilibrada através da coerção e do consenso, pela força e pelo consentimento. A dominação burguesa passa a se realizar numa dupla e concomitante direção: através do aparato legal e militar do Estado e também pela implementação de políticas públicas de regulação das relações sociais gerais e pelos aparelhos privados de hegemonia que em diferentes graus de consciência coletiva difundem, na sociedade civil, as idéias, ideais e práticas burgueses para o conjunto de sociedade. A classe burguesa exerce na atualidade um importante papel na conformação social, na formação de um novo homem coletivo. É nesse sentido que ela passa a ser classe dirigente.

<sup>13</sup> Hegemonia é a direção intelectual e moral, política e cultural de uma classe sobre o conjunto da sociedade.

capitalistas contemporâneas teve como principal função social a formação de um **intelectual de tipo urbano** em sentido amplo e em sentido restrito. Para este pensador,

os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem **nenhuma iniciativa autônoma** na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata de plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral os intelectuais urbanos são bastante estandardizados; os altos intelectuais confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito. (Gramsci, 2000, v.2, p. 22. Grifo nosso)

Além disso, esses intelectuais urbanos não exercem **nenhuma função política sobre as massas instrumentais**. Os intelectuais urbanos educam e são educados para a submissão.

Os intelectuais urbanos em sentido amplo, as massas trabalhadoras, do ponto de vista técnico, no decorrer do século XX vão aumentando paulatinamente o patamar mínimo de escolarização, em uma escola onde os conhecimentos científico e tecnológico vão sendo introduzidos e ampliados. O americanismo passa a conformar ética e politicamente as novas gerações, onde o individualismo e a competição se traduzem em valores morais radicais da sociedade de massas. O aumento real dos salários, a política de pleno emprego, a crescente universalização dos direitos sociais reduzem a pobreza, assim como o direito ao voto, à organização político-partidária e sindical ampliam os limites da sua participação política, reduzindo em parte a distância entre a desigualdade real e a igualdade formal e refreando, em consequência, os seus anseios de transformação social.

Os intelectuais urbanos em sentido estrito são cada vez mais formados nas escolas de nível superior, com sua formação direcionada para a produção científica e tecnológica do conhecimento necessário à reprodução ampliada do capital. Estreitam-se as relações entre educação e produção. O especialista prepara-se para ocupar os postos de mando na produção, na aparelhagem estatal cada vez mais complexificada e na sociedade civil que amplia e diversifica consideravelmente sua organização. Enfim, cada vez mais, os intelectuais atuam na defesa da ordem instituída. Transformam-se, pois, majoritariamente em “prepostos” da burguesia para o exercício de funções subalternas de hegemonia social e governo político. (Gramsci, 2000, v. 2, p. 21)

A educação escolar qualitativa e quantitativamente direcionada para a formação do intelectual de tipo urbano, embora tenha variado, segundo a realidade econômica e político-social de cada formação social concreta, manteve durante o período fordista do desenvolvimento do capitalismo monopolista a mesma direção geral: a formação de um novo homem coletivo, segundo as idéias, ideais e práticas da burguesia. Os países produtores de conhecimento científico e tecnológico e de tecnologia expandiram consideravelmente sua rede escolar horizontal e verticalmente. A educação básica tornou-se universal. Nesses países, onde ocorreu o pleno emprego e a organização da classe trabalhadora ultrapassou em boa parte o nível econômico-corporativo de consciência coletiva, a educação escolar universalizada desse intelectual urbano desempenhou também importante papel de legitimação das relações sociais de produção segundo os valores do americanismo.

Na periferia do capitalismo, a formação escolar do intelectual urbano, embora tenha seguido as determinações gerais da formação escolar desse tipo de intelectual, variou segundo o grau de urbanização e de industrialização atingido por cada formação social concreta, o volume e a composição de sua população, assim como a estrutura e a dinâmica das relações de poder, em especial, a complexificação dos aparelhos estatais e o nível de organização das massas trabalhadoras na sociedade civil.

A educação escolar do Brasil desenvolvimentista (1930-1989), embora já apresentasse características fortes de uma educação voltada para a formação do intelectual de tipo urbano nos centros dinâmicos da expansão capitalista, nas regiões sudeste e sul, manteve uma mescla ainda forte de uma educação voltada para a formação de **um intelectual de tipo rural**, em especial nas regiões onde a urbanização e a industrialização se processaram mais tardiamente<sup>14</sup> e em decorrência também da ainda forte presença da Igreja Católica na constituição da nossa formação social e da organização da nossa educação escolar. A estruturação do Brasil urbano-industrial se faz mantendo, em boa parte, a arquitetura econômica e ético-política do Brasil agrário. A estruturação do sistema educacional brasileiro espelha esse embricamento entre o jesuítico e o laico.

Esta ambigüidade na formação do intelectual brasileiro foi se resolvendo lentamente na medida em que o Brasil moderniza seu aparato produtivo, nas décadas de 70 e 80 do século XX e simultaneamente completa seu processo de ocidentalização<sup>15</sup> e a burguesia passa a assumir definitivamente seu papel de classe dirigente. E, ainda, quando após a ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 dá lugar ao Estado de direito e a classe trabalhadora, de fato e de direito, conquista a autonomia sindical, o processo de urbanização se generaliza em todo território nacional; se inicia, ainda de forma incipiente, a difusão do paradigma da acumulação flexível entre nós; se discute o desmonte do Estado de bem-estar; o país se prepara, ainda que embrionariamente, para acompanhar as novas determinações econômicas e ético-políticas do capitalismo mundial em sua mais recente fase de desenvolvimento.

Este processo inconcluso e heterogêneo da formação do intelectual urbano-industrial no espaço nacional, segundo as diretrizes burguesas no fordismo, sofre redefinições a partir dos desdobramentos durante os anos de neoliberalismo.

As profundas mudanças qualitativas no processo de trabalho e de produção capitalistas a partir da difusão do paradigma da acumulação flexível e a mudança na correlação de forças internacionais, com a

---

<sup>14</sup> Os intelectuais do tipo rural são, em grande parte, “tradicionalistas”, isto é, ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa de cidades (notadamente centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma razão, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. (Gramsci, 2000, vol. 2, p. 25)

<sup>15</sup> Para Gramsci são consideradas ocidentais as formações sociais que guardam uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil na estruturação das relações de poder. Coutinho (2002, p.58) observa que o Brasil emerge da ditadura militar de 1964 como uma sociedade peculiarmente ocidental, com a consolidação da sociedade civil a partir do final dos anos 70 e primeira metade dos anos de 1980. Segundo este autor, “trata-se, decerto, de um ‘Ocidente periférico’, como Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, designava países como a Itália, a Espanha, Portugal e a Grécia de seu tempo, sem excluir a própria França. Em suma: um ‘Ocidente’ atravessado por ‘Orientes’. Sem dúvida, o Brasil não é os Estados Unidos de hoje, não é a União Européia, mas é uma formação sociopolítica parecida com a Itália de 1930, que Gramsci não hesitou em chamar de ‘Ocidente’, ainda que ‘periférico’. E digo que o Brasil é ‘ocidental’ porque creio que os momentos predominantes do desenvolvimento e da dinâmica de nossa sociedade são hoje mais de tipo ocidental que oriental.”

falência do socialismo real e a hegemonia da ideologia burguesa do fim da história, do fim da luta de classes, da única solução “possível”, tornam necessárias alterações na formação do intelectual urbano em nível mundial.

Este intelectual urbano de novo tipo a ser formado pelo Estado educador e pela escola, sob a hegemonia burguesa, na atualidade, apresenta como características principais: o aumento da **capacitação técnica** necessária à reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova **capacitação dirigente**, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação burguesas, enquanto possibilidade histórica concreta.

Entre as estratégias adotadas pelos vários estados nacionais para a formação do novo homem coletivo nos moldes de uma sociabilidade neoliberal, tem papel estratégico a implementação de reformas educacionais, com vistas a adaptar o intelectual urbano formado durante o período fordista do capitalismo monopolista, às necessidades burguesas decorrentes do aprofundamento da racionalização do conteúdo e da forma do trabalho e também dos imperativos de legitimação das relações sociais vigentes, neste momento de crise aguda de acumulação do capital.

Sob a direção técnica e ético-política dos organismos internacionais – em especial do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) – tem início, nas últimas décadas do século XX, um processo de mundialização da educação (Melo, 2003).

Nesse processo, as estratégias seguidas pelos organismos internacionais para o desenvolvimento capitalista neste atual estágio do capitalismo monopolista, apesar de conterem as mesmas determinações gerais de resolução da crise de acumulação do capital e de consolidação das novas bases da hegemonia burguesa no pós-guerra fria, diferem quando direcionadas aos países capitalistas centrais ou periféricos, de modo a reafirmar, aprofundando, as relações de dependência dos segundos em relação aos primeiros. A formação do intelectual urbano de novo tipo na periferia do capitalismo hoje, e portanto também no Brasil, tem como pano de fundo essas determinações.

Tanto em sentido amplo como em sentido estrito, a formação desse novo intelectual, no Brasil, requer o aprofundamento do processo já iniciado nos anos de desenvolvimento fordista de aumento do patamar de escolarização do conjunto da população, bem como um estreitamento da relação entre educação e trabalho alienado<sup>16</sup> - maneira como a burguesia concebe a necessária relação entre trabalho e educação escolar nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Efetiva-se a partir de então a submissão mais aguda da escola aos objetivos da empresa. As ações governamentais a partir dos anos de 1990 perseguem este fim e a teoria das competências vem se constituindo em instrumento teórico para a sua viabilização. Ramos (2001) ofereceu-nos uma análise minuciosa dos fundamentos filosóficos, sócio-históricos e pedagógicos da teoria das competências. Da leitura de seu trabalho pode-se inferir que esta teoria caracteriza-se pela supervalorização do saber da experiência vivida e pelo subdimensionamento do conhecimento teórica e historicamente produzido, reforçando, deste modo, o irracionalismo.

---

<sup>16</sup> Sobre a relação entre escola e trabalho alienado ver Sousa (2002), especialmente o Capítulo Dois.

A escola torna-se mais imediatamente interessada, ou seja, muito mais pragmática. Ela se limita, em nível cognitivo, a desenvolver habilidades que, em graus diversos, apequena a atividade criadora das novas gerações. A escola dos anos de neoliberalismo restringe o processo criador brasileiro, do ponto de vista técnico, no seu mais alto nível de elaboração cognitiva, à adaptação do conhecimento científico e tecnológico produzido nos países de capitalismo central, e no nível mais elementar, à simples operacionalização das inovações tecnológicas, no trabalho e no seu cotidiano.

Daí depreende-se que ela se configura em meio empregado pela classe dominante e dirigente no Brasil de hoje para que a classe trabalhadora pense minimamente e os que exercem funções intelectuais se tornem, em sua grande maioria, especialistas com reduzida capacidade de elaboração da crítica às relações sociais vigentes.

As reformas da educação tecnológica e da formação profissional e do nível médio, o empresariamento da educação superior<sup>17</sup>, as mudanças na formação de educadores, os projetos de educação de adultos, nos governos FHC, e as matrizes para a formação continuada de professores da educação básica e a reforma universitária do governo Lula têm nesse estreitamento da relação entre educação e trabalho alienado uma importante determinação.

Todas as iniciativas governamentais de expansão da escolarização, desde a quase universalização da educação fundamental, o expressivo aumento da matrícula do ensino médio público, a multiplicação e reestruturação dos programas de formação profissional e até mesmo o aumento do volume e abrangência dos cursos de pós-graduação, respondem também, em grande parte, a esse requisito do capital no espaço nacional.

Do ponto de vista ético-político, a formação do intelectual urbano de novo tipo se dirige à conformação das atuais e futuras gerações às mudanças ocorridas no modo de produção capitalista da existência, o que implica na sua aceitação como decorrência natural do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, na perda crescente da nossa soberania nacional, no intenso processo de desindustrialização, no crescimento do desemprego, na flexibilização das relações de trabalho e conseqüente aumento da superexploração da força de trabalho, na instabilidade social e profissional, na privatização das políticas sociais, na perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, na exacerbação do individualismo e da competição enquanto estratégias de sobrevivência social.

---

<sup>17</sup> A expansão da educação superior por intermédio das empresas educacionais facilitou a difusão da cultura empresarial entre os trabalhadores que executam tarefas complexas na produção, na aparelhagem estatal e na sociedade civil. Em relação ao processo de empresariamento da educação superior nos anos de 1990, ver Neves (2002).

Dirige-se, também, à difusão de uma nova cultura cívica, na qual o cidadão transmuda-se de sujeito de direito à assistente social, onde, individual ou coletivamente, assume o papel do Estado na promoção do “bem-estar social”, através de iniciativas de responsabilidade social.

Encaminha-se ainda para aceitação de parâmetros de uma organização democrática que desestimula a organização social com base nas relações de classe, diluindo com isto o potencial contra-hegemônico das lutas do proletariado, e estimula, inversamente um associativismo despolitizado, circunscrito à defesa de interesses particularistas e localistas. Uma democracia que, no dizer de Antonio Gramsci, privilegia a pequena política em detrimento da grande política, realizando desse modo, contraditoriamente, a grande política da conservação.

Embora a formação ético-política desse novo intelectual urbano venha se efetivando majoritariamente através de outros aparelhos privados de hegemonia burguesa e de seus aliados, em especial da mídia e de um contingente expressivo de organizações não-governamentais, ela vem se dando também no âmbito do aparelho escolar.

Dentre as políticas educacionais neoliberais que se prestam à formação ético-política do intelectual urbano de novo tipo em sentido amplo, a introdução de temas transversais na reestruturação curricular da educação básica e os programas de responsabilidade empresarial na escola pública básica talvez se constituam nas mais emblemáticas<sup>18</sup>.

Os intelectuais orgânicos<sup>19</sup> da burguesia, a partir dos anos de 1990, vêm sendo formados nessa dupla perspectiva, e vêm garantindo no mundo da produção, na

---

<sup>18</sup> O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, “com sede e foro na cidade de São Paulo, é uma associação, sem fins lucrativos, destinada a fomentar o desenvolvimento da cidadania empresarial, sensibilizando esta classe, numa perspectiva local e global, a fim de assumir a promoção do desenvolvimento econômico com responsabilidade social.” (disponível no site <http://www.ethos.org.br>, Estatuto, acessado em 9/04/2004). Este instituto congrega atualmente 808 empresas, das quais 38,49% são de grande porte. (disponível em <http://www.ethos.org.br>. Empresas associadas. Acessado em 09/04/2004). Durante o segundo governo FHC, este instituto publicou um documento intitulado *O que as empresas podem fazer pela educação*, no qual oferece sugestões de como as empresas podem somar esforços às escolas públicas para melhorar sua educação, dando dicas para as empresas a) aperfeiçoarem o nível educacional dos funcionários no contexto da própria empresa, b) iniciar um trabalho conjunto entre empresas, escolas públicas e secretarias de educação e c) articularem-se com os seus pares e outros atores sociais, com a perspectiva de influir na elaboração e execução das políticas públicas na área de educação. (Vários Autores, 1999)

<sup>19</sup> Segundo Gramsci, todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. No capitalismo, destacam-se os intelectuais orgânicos da burguesia e os intelectuais orgânicos do proletariado. Em sentido amplo, todos os intelectuais são orgânicos já que exercem na sociedade consciente ou inconscientemente a função dirigente. Em sentido estrito, os intelectuais orgânicos atuam nos dois planos superestruturais, na sociedade civil e no governo, desenvolvendo atividades de obtenção do consenso espontâneo das massas ao projeto de sociedade da classe ao qual serve, e de disciplina no aparelho coercitivo estatal, quando sua classe assume o governo. Os partidos, em sentido amplo, formam os intelectuais orgânicos de cada classe social. Devido ao seu papel organizativo, todos os integrantes de

aparelhagem estatal, e nos mais variados aparelhos privados de hegemonia burguesa, a consolidação do modo de ser, pensar e agir dessa classe social nos anos iniciais deste século.

Inversamente, esta dupla perspectiva da formação dos intelectuais da classe trabalhadora vem dificultando a formação de intelectuais orgânicos do proletariado, que demanda da escola a ultrapassagem da técnica-trabalho, à técnica-ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual permanecem especialistas e não se tornam dirigentes. (Gramsci, v. 2, p. 53).

---

um partido são intelectuais em graus distintos. Eles exercem tarefas que vão desde a difusão à formulação das estratégias e táticas políticas do grupo social ao qual se filiam.

### Referências bibliográficas:

- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos a obra Brasil**: Proposta de Governo. Brasília, DF: [s. ed.], 1994.
- \_\_\_\_\_. **Avança Brasil**: Proposta de Governo. Brasília: [s.ed.], 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In FÁVERO, Osmar e SEMERARO, Giovanni (organizadores). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**: volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LIMA, Kátia. Governo Lula – neoliberalismo requentado e requintado. In **Revista Universidade e Sociedade**, ano XIII, n.32, Brasília, DF, p. 59-68, mar. 2004.
- MELO, Adriana de Almeida Sales de. **A mundialização da educação**: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria W. (org.) **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.
- RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA JR., João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reformas do Estado e mudanças na produção. Bragança Paulista, SP: EDUSP, 1999.
- SOUSA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VÁRIOS AUTORES. **O que as empresas podem fazer pela educação.** São Paulo:  
CENPEC: Instituto Ethos, 1999.